

**UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ**

**Eduardo Antenor Benedito Paes dos Santos**

**PRECONCEITOS LINGUÍSTICOS: os  
preconceitos com a Língua brasileira de sinais**

**Taubaté – SP**

**2019**

**Eduardo Antenor Benedito Paes dos Santos**

**PRECONCEITOS LINGUÍSTICOS: os  
preconceitos com a Língua brasileira de sinais**

Trabalho de Graduação apresentado como  
requisito parcial para obtenção da graduação  
em Letras, pela Universidade de Taubaté.  
Área de concentração: Linguagens.

Orientador: Prof. Me. Luzimar Goulart Gouvêa

**Taubaté – SP**

**2019**

**SIBi - Sistema integrado de Bibliotecas – UNITAU**

S237p Santos, Eduardo Antenor Benedito Paes dos  
Preconceitos linguísticos: os preconceitos com a Língua  
brasileira de sinais / Eduardo Antenor Benedito Paes dos  
Santos. -- 2019.  
42 f. : il.

Monografia (graduação) - Universidade de Taubaté,  
Departamento de Ciências Sociais e Letras.  
Orientação: Prof. Me. Luzimar Goulart Gouvêa,  
Departamento de Ciências Sociais e Letras.

1. Preconceito lingüístico. 2. Língua Brasileira de sinais.  
3. Cultura surda. 4. Bloqueio da comunicação surda. I.Título

CDD – 419

**Eduardo Antenor Benedito Paes dos Santos**  
**PRECONCEITOS LINGUÍSTICOS: os preconceitos com a Língua brasileira de**  
**sinais**

Trabalho de Graduação apresentado como  
requisito parcial para obtenção da graduação  
em Letras, pela Universidade de Taubaté.  
Área de concentração: Linguagens.

Orientador: Prof. Me. Luzimar Goulart Gouvêa

Data: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Resultado: \_\_\_\_\_

BANCA EXAMINADORA

Professor Me. Luzimar Goulart Gouvêa (professor-orientador)

Assinatura: \_\_\_\_\_

Professora Dra. Maria do Carmo de Souza Almeida

Assinatura: \_\_\_\_\_

Professora Ma. Viviane Galvão Botelho Neves

Assinatura: \_\_\_\_\_

Dedico este trabalho: a minha mãe, que, nesses três anos de faculdade, sempre me motivou para que eu alcançasse os meus objetivos; ao meu pai, que acordou diversas madrugadas para preparar meu almoço cedo; a minha irmã, que me ajudou na procura do estágio, e aos meus amigos que permaneceram ao meu lado nos momentos em que mais precisei.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço ao meu orientador, Prof. Me. Luzimar Goulart Gouvêa, por ter me ajudado na realização desta pesquisa.

À Prof. Ma. Viviane Galvão Botelho Neves, que me motivou e me auxiliou nas pesquisas relacionadas à área da surdez, mostrando-me um mundo maravilhoso até então não visto por mim, e à equipe do Núcleo de Gestão e Execução de Convênios, por ter me aceitado como voluntário no projeto de extensão Ética e inclusão escolar: falando com as mãos.

Aos meus pais, que fizeram o impossível para me darem a oportunidade de cursar Letras, investindo nos meus sonhos e objetivos de vida.

À minha amiga Mariane de Paula Pordeus, que me aconselhou, me incentivou e me auxiliou no processo de criação da pesquisa e manteve-se sempre disposta ao meu lado nas horas em que mais precisei. Aos bolsistas dos grupos do projeto de Libras, que me acolheram e ajudaram no contato intercultural. Aos meus amigos surdos: Marcelo Gabriel Santos e Michelle Sabrina Leite Apolinário, que mostraram sua cultura surda a mim.

“Como não me canso de repetir, são simplesmente diferenças de uso – e diferença não é deficiência nem inferioridade.”  
(Marcos Bagno)

## RESUMO

O presente trabalho trata do tema dos preconceitos linguísticos: os preconceitos com a Língua brasileira de sinais. Nele, foi desenvolvida uma pesquisa sobre a cultura dos surdos, logo sobre sua língua com a constituição de sua estruturação gramatical, a formação social e sua completude no desenvolvimento da cidadania do sujeito surdo. O que motivou a pesquisa foi a óptica linguística preconceituosa da população ouvinte, que estabeleceu uma falsa verdade na sociedade sobre a cultura ouvinte. Este trabalho tem por objetivos: 1) mostrar o processo que causou a dificuldade de comunicação para os surdos e, posteriormente, as consequências que isso ocasionou para a cultura surda; 2) desmistificar os preconceitos com a língua brasileira de sinais. Empreenderemos nosso trabalho baseando-nos, principalmente, nas pesquisas da História Surda e da identidade do sujeito surdo com a linguista surda Gladis Teresinha Taschetto Perlin. Além disso, contaremos com o apoio dos estudos da linguista Audrei Gesser sobre as crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. Para realizar este trabalho utilizamos a metodologia da pesquisa bibliográfica de viés qualitativo, além de pesquisa de caráter empírico. Pode-se concluir que os surdos sofreram abusos da cultura majoritariamente predominante da sociedade, os ouvintes, e isso resultou num prejuízo para a comunidade surda e gerou preconceitos culturais que devem ser desconstruídos. Notou-se que esses indivíduos desde o período da idade antiga sofreram um processo de exclusão social, ocasionando à comunidade diversas barreiras nas relações interpessoais.

**PALAVRA-CHAVE:** Preconceito linguístico. Língua Brasileira de Sinais. Cultura surda. Bloqueio da comunicação surda.

## ABSTRACT

This work deals with the theme of linguistic prejudice: the prejudice with the Brazilian Sign Language. In it, it was developed a research on deaf culture, about its language and the constitution of its grammatical structure, social formation and development of citizenship of the deaf person. What motivated the research was the prejudiced linguistic optics of the hearing population, which established a false truth in our society about the hearing culture. This work aims to: 1) show the process that causes communication difficulties for deaf people and, subsequently, the consequences that this causes for deaf culture; 2) demystifying the prejudices of the Brazilian sign language. We built our basic work mainly with the research of deaf people History and the identity of the deaf person with the deaf linguistic Gladis Teresinha Taschetto Perlin. In addition, we will count with the support of linguist Audrei Gesser's studies on beliefs and prejudices around sign language and deaf reality. To perform this work, we used a qualitative bibliographic research methodology, as well as an empirical research. It can be concluded that deaf people suffer abuses by the predominant culture of society, the hearing culture, and it has resulted in the damage to the deaf community and generated prejudices that must be deconstructed. It has been noted that these individuals been through, since the down of the age, a process of social exclusion, causing to the community several barriers in interpersonal relations.

**Key-words:** Linguistic prejudice. Brazilian Sign Language. Deaf culture. Blocking of Deaf communication.

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Verbo “emprestar” .....	27
FIGURA 2: Verbo “gostar” .....	27
FIGURA 3: Adjetivo “bravo” .....	28
FIGURA 4: Alfabeto manual.....	34
FIGURA 5: Verbo “caprichar” nos estados do Rio Grande do Sul e São Paulo.....	36
FIGURA 6: Verbo “caprichar” nos estados do Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro..	36

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	11
1    CAPÍTULO 1: POVO, CULTURA E IDENTIDADE SURDOS	
1.1  Obscurecimento cultural.....	13
1.2  História do surdo .....	15
1.3  A língua e sua estrutura.....	22
2    CAPÍTULO 2: METODOLOGIA	
2.1  Metodologia de investigação.....	29
2.2  Contato pessoal intercultural.....	30
3    CAPÍTULO 3: DESMISTIFICANDO OS PRECONCEITOS	
3.1  Pressupostos preconceituosos da cultura ouvinte com a surda.....	32
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	38
REFERÊNCIAS.....	40

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho trata do tema dos preconceitos linguísticos: os preconceitos com a Língua brasileira de sinais. Nele, foi desenvolvida uma pesquisa sobre a cultura dos surdos, logo sobre sua língua com a constituição de sua estruturação gramatical, a formação social e sua completude no desenvolvimento da cidadania do sujeito surdo.

Neste trabalho, apresentaremos a contextualização da cultura surda, mostrando a história em um aspecto geral e nacional com sua formação identitária. Como objeto de estudo da presente pesquisa, apresentaremos os preconceitos com a língua sinalizada, partindo de seu reconhecimento em 1988 pelo governo brasileiro, a qual contempla a Língua brasileira de sinais (LIBRAS) como primeira língua para os surdos.

Inicialmente, será apresentada a contextualização da história do povo surdo no mundo e no Brasil, detalhando o processo de aflição e de atrocidades que as pessoas surdas sofreram e ainda sofrem nos dias de hoje.

Posteriormente, fundamentaremos a concepção da Libras com a análise de sua estrutura gramatical e suas variações linguísticas; concomitantemente, mostraremos a distinção entre língua e linguagem – conceitos que têm a necessidade de diferenciação, pois são uns dos pilares dos preconceitos com a Libras.

Ao final, o capítulo abordará o pressuposto ouvinte sobre o mundo surdo, no qual mostraremos e analisaremos alguns termos pejorativos frequentes com a língua e seus usuários.

Como embasamento teórico, teremos o apoio das pesquisas da Doutora Audrei Gesser, especialmente com sua obra – *Libras? Que língua é essa?* – que discutirá sobre a língua de sinais, quebrando alguns mitos e preconceitos que a língua e seus usuários nativos sofrem. Haverá, também, o esclarecimento sobre a surdez e a deficiência, mostrando, assim, as diferenças entre dois mundos distintos: o ouvinte e o surdo.

Outro apoio teórico importante para a presente pesquisa é da Doutora Gladis Teresinha Taschetto Perlin, socióloga. Analisaremos sua dissertação de mestrado –

*História de vida surda*: identidades em questão – que tem seu enfoque na identidade do sujeito surdo. Esses são uns dos principais apoios, traremos também pesquisas de outros estudiosos da área da linguística e da sociologia.

O que motivou a pesquisa foi a óptica linguística preconceituosa da população ouvinte, que estabeleceu uma falsa verdade na sociedade sobre a cultura ouvinte. Além do motivo social, também houve o motivo pessoal. Por volta dos 12 anos de idade, iniciei meus estudos com a língua sinalizada junto com a minha mãe, professora na área de Letras. Por meio do curso oferecido pelo estado aos professores da rede, conheci o professor Rauf Di Carli, um surdo oralizado. Com suas aulas, tive os primeiros ensinamentos: alfabeto, datilografia e suas nomeações, sinais variados que eu me lembro.

Com esse contato, o gosto pela área foi criado em mim, mas infelizmente o estudo da Libras ficou parado durante um tempo devido ao fato de que o curso acabou e eu dei prioridade aos estudos escolares. Anos se passaram e no último ano da faculdade, os estudos da Libras foram retomados com a minha entrada como voluntário no projeto “Ética e inclusão escolar: falando com as mãos”. Os sentimentos de curiosidade e de interesse pela rica cultura surda foram revividos em mim. Mais velho, com mais experiências, pude notar alguns males que os surdos sofriam e quis realizar esta pesquisa.

Este trabalho tem por objetivos: 1) mostrar o processo que causou a dificuldade de comunicação para os surdos e, posteriormente, as consequências que isso ocasionou para a cultura surda; 2) desmistificar os preconceitos com a língua brasileira de sinais.

Para realizar este trabalho utilizamos a metodologia da pesquisa bibliográfica de viés qualitativo, além de pesquisa de caráter empírico.

## **CAPÍTULO 1 POVO, CULTURA E IDENTIDADE SURDA**

### **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

A história escrita pelo ouvinte compreende o surdo do ponto de vista do ouvinte, jamais do ponto de vista da identidade do surdo (PERLIN, 1998, p.55).

Neste capítulo, traremos do obscurantismo cultural a que estiveram fadados os seres da cultura surda e também faremos um pequeno painel da História dos surdos, e também trataremos da língua e de sua estrutura.

#### **1.1 Obscurecimento cultural**

A história surda foi ocultada.

Quando estudamos a história e uma sociedade de determinado período, temos uma perspectiva sobre os fatos ocorridos, perspectiva essa de quem está contando. De certo modo, essa é a perspectiva do detentor do poder.

O Brasil teve, na sua origem colonial, o aproveitamento da mão de obra escrava. Essa foi uma das principais forças que moveu a economia do país durante séculos e, imbricado nesse processo histórico e econômico, pode-se ver bem o exemplo de obscurecimento cultural com a cultura africana. Tendo em vista que esta pesquisa tem como definição de cultura o relativismo, Santos (1987), em seu trabalho “O que é cultura”, realiza estudos sobre a cultura e argumenta que não existe uma apenas, mas, sim, várias culturas, cada qual com suas características.

A história ocidental é marcada pela padronização cultural europeia, visto que o padrão é de acordo com as posições religiosas, artísticas, sociais, entre outras, na visão europeia, que seria a correta. Entretanto, no mundo pós-moderno, não é concebida em sua totalidade uma única verdade, pois, de acordo com Santos, é mostrado que há diferentes tipos de formação dos povos com suas culturas, nunca sendo um processo idêntico, mas, sim, único “Cada cultura é o resultado de uma história particular, e isso inclui também suas relações com outras culturas, as quais podem ter características bem diferentes.” (SANTOS, 1987, p.10).

A visão eurocêntrica cultural acarreta muitos preconceitos (sociais, linguísticos, raciais...) devido a óptica do europeu de fora para o interior não ocorrendo uma realocação. Segundo Santos (1987), não há nada que comprove

uma suposta superioridade cultural, não existe cultura com suas características superiores e outras culturas com características inferiores. Logo é concluído que “Cada realidade cultural tem sua lógica interna, a qual devemos procurar conhecer para que façam sentido as suas práticas, costumes, concepções e as transformações pelas quais estas passam” (SANTOS, 1987, p. 8).

Quase sempre, tivemos a história da nação contada apenas numa perspectiva eurocêntrica, entretanto ocorreram modificações no ensino e, hoje em dia, temos a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que entrou em vigor 9 de janeiro de 2003 e que preconiza o enfoque no ensino sobre a cultura dos povos africanos, conforme vemos a seguir:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras. (BRASIL, 1996)

O excerto acima mostra que, a partir do obscurecimento da cultura africana, fez-se necessária a criação de uma lei para a reversão desse quadro, com a cultura africana dos ouvintes. Isso guarda relação de semelhança com a cultura surda. Entende-se aqui como cultura surda a visão da pesquisadora Karin Strobel:

Cultura surda é o jeito de o sujeito surdo entender o mundo e de modificá-lo a fim de torná-lo acessível e habitável, ajustando-o com as suas percepções visuais, que contribuem para a definição das identidades surdas e das “almas” das comunidades surdas. Isto significa que abrange a língua, as ideias, as crenças, os costumes e os hábitos do povo surdo. (STROBEL, 2013, p.25)

É fato que a história surda é contada na concepção do audiente com visão de medicalização: sujeitos que têm a surdez são considerados excepcionais, deficientes.

Tal posicionamento acarreta aos surdos um grande prejuízo para a vida, pois, a partir dessa ideia, surge a criação de outras ideias relativas à incapacidade do

sujeito – os preconceitos – devido à incompletude fisiológica e, em muitos casos, temos a exclusão do indivíduo e seu afastamento das relações sociais. Com a ausência das relações sociais, ocorre uma diminuição da comunicação entre os seres e, a partir disso, ocorre também uma diminuição de uso de língua, o que afeta a construção identitária dos sujeitos. O sujeito surdo enxerga-se como incompleto, não aceita sua identidade e quer ser ouvinte, como pode ser visto num dos depoimentos coletado por Perlin:

Meu sonho é ser ouvinte, o que gostaria muito. Me sinto com crises de nervosismo e tensão por ser surda. Isso me deixa desnorreada, revoltada pela situação. Sonho sempre em ser ouvinte. Sinto-me triste por não poder ir mais longe. (PERLIN, 1998, p. 22).

Por meio dessa visão, temos uma espécie de defasagem identitária e a formação de conceitos preconceituosos relativos a esses sujeitos. Para que esse estado mude, teremos de focalizar no sujeito surdo, na sua perspectiva, pois a visão clínica o limita e não leva em conta sua visão surda na história. Assim, temos a história contada por ouvintes sem lugar de fala. Se houver o entendimento desse fato, pode-se perceber a importância do empoderamento do indivíduo surdo e sua língua. Por conseguinte, pode-se ter seu reconhecimento sobre a importância da sua perspectiva sobre a sua própria história, pois, então, teremos uma perspectiva com uma óptica de um sujeito que tem autoridade discursiva.

Existem casos de não aceitação como é constatado nos estudos de Perlin. Entretanto, pode ser visto na obra de Strobel que “As imagens do outro sobre a cultura surda” são muitas. Há surdos políticos, críticos que aceitam sua identidade como surdo. A pesquisadora cita uma cientista, Souza Campello, que é mestra em linguística, doutora em educação, formada em Pedagogia e Biblioteconomia e Documentação. E há a citação também sobre a militante Ana Regina, que teve influência na criação da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos.

Segundo Perlin (1998, p. 51), cinco estudos diferentes podem influenciar a mudança de estado diante da questão da obscuridade da cultura presente com a história surda. Primeiramente, temos o pensamento de Karl Marx sobre a questão da formação do homem na história, na qual os homens só fazem a história nas condições que lhes são dadas. Os surdos foram censurados durante séculos e considerados deficientes e incapazes. Diante disso, temos, hoje em dia, pessoas

que não se enxergam capazes e que não têm a aceitação de quem são e de sua cultura.

Posteriormente, temos o inconsciente do psicanalista Sigmund Freud. Para Freud, o desenvolvimento psíquico e simbólico do inconsciente é a base para a formação da identidade, da sexualidade e dos desejos. Em seguida, temos o estudo de Saussure com as palavras e seus “[...] diferentes significados, dependendo de quem, como e quando as utilizam” (PERLIN, 1998, p. 52)

Na sequência, temos as instituições disciplinadoras de Michel Foucault. Instituições como quartéis, prisões, escolas, hospitais apresentam o poder da disciplina e, por meio disso, moldam o sujeito da maneira que decidirem que é melhor para tais instituições. Por fim, o estudo a mais que pode influenciar na mudança de perspectiva da história surda: os movimentos feministas. Eles foram de grande valia para toda a população mundial, pois, com esses grupos sendo criados na modernidade, há as lutas contra os padrões sociais e os questionamentos com as identidades sexuais e de gênero. Dessa forma, influenciaram outros tipos de protestos para que se manifestassem em prol do rompimento do padrão e quebras de conceitos arcaicos.

## **1.2 História do surdo**

Diante dessa linha de pensamento construída até o momento, discorreremos agora de maneira global e, posteriormente, no Brasil sobre a história dos surdos, levando em conta a perspectiva surda e não a da que impera até então.

Voltemos à idade antiga, nos períodos grego e romano, com sociedades que tinham em mente a idealização do físico, “a prevalência do corpo ideal” (PERLIN, 1998, p. 53), caso contrário, se algum indivíduo apresentasse alguma diferença em relação ao padrão, era sacrificado por não ser produtivo para a sociedade, era massacrado durante anos na história devido a sua diferença. Conclui-se a partir disso que a “[...] história começa impedindo o sujeito surdo de ser” (PERLIN, 1998, p.53), não dava oportunidade a ele para que se desenvolvesse e ajudasse, igual as outras pessoas “normais”. Desse modo, o privava de seus direitos de: formação de grupo, de socialização e de construção identitária:

Dar direitos ao sujeito surdo de constituir-se como identidade parece ser um ato de humanidade limitada, bastante tardio. É preciso entender melhor e chegar ao momento em que impediram o sujeito de se organizar conforme seus desejos e discursos. Do ponto de vista do surdo, os ouvintes eram senhores da história. O ato de César Augusto possibilita ao sujeito surdo ser pela metade. Dá-lhe direito às artes, mas lhe nega o acesso à ciência. (PERLIN, 1998, p.54)

Em meio a essa falta de reconhecimento do indivíduo com a surdez, vemos um esboço do reconhecimento histórico ao surdo como sujeito. Em meados de 528 d.C., no império Bizantino, o Imperador Justiniano I determina a publicação da obra jurídica que foi importante para seu tempo e que influenciou diversas eras até os dias de hoje. Com o Código Justiniano, tivemos a primeira distinção entre surdo e mudez na óptica jurídica. Entretanto, tal mudança não teve o questionamento sobre a incapacidade do sujeito, sendo questionada só mais adiantes, por volta dos anos de 1600.

Após uma aparição de reconhecimento, retrocedemos novamente até que temos a retomada da valorização do surdo com Charles-Michel de L'Épée. Educador ouvinte francês, junto às irmãs, surdas, pesquisaram maneiras de desenvolver a comunicação para as pessoas surdas. Como ouvinte não tinha propriedade de criar sinais, então as irmãs o apoiaram para que ele organizasse um modo de ensino, em vista disso foi considerado: o pai da educação pública para surdo. Com essas pesquisas, Perlin conclui que com os "... signos compreendidos, junto aos surdos, conseguem mostrar que o surdo é um sujeito dotado de capacidade" (1998, p. 55)

A história é marcada por grandes abusos culturais, como pode ser visto no período das colônias, nas guerras por territórios etc. Uma grande exemplificação para a compreensão da história surda com os abusos que sofreram está nos atos dos Jesuítas no Brasil colônia. Nessa exemplificação desse período histórico, temos Anchieta, jesuíta, que participou do processo de aculturação dos povos indígenas presentes no Novo Mundo. Um processo que tinha o enfoque na doutrinação dos nativos para que seguissem regras e moral cristãs. Com seu início, há a repetição e a imposição cultural europeia sobre os ameríndios, mas, no decorrer do tempo, os colonos perceberam que era necessário que ocorresse uma assimilação com a cultura ameríndia.

Assimilavam características das crenças dos nativos com as portuguesas, com o cristianismo, para que houvesse um processo mais brando de doutrinação.

“Anchieta aprende o tupi e faz cantar e rezar nessa língua os anjos e santos do catolicismo medieval nos autos que encena com os curumins”. (BOSI, 1996, p. 31)

Segundo Bosi:

A transposição para o Novo Mundo de padrões de comportamento e linguagem deu resultados díspares. À primeira vista, a cultura letrada parece repetir, sem alternativa, o modelo europeu; mas, posta em situação, em face do índio, ela é estimulada, para não dizer constrangida, a inventar. Que o primeiro aculturador dê exemplo: Anchieta compõe em latim clássico o seu poema à Virgem Maria quando, refém dos tamoios na praia de Iperoígue, sente necessidade de purificar-se. (BOSI, 1996, p. 31)

Desse modo, pode ser visto que está marcado na história o processo de aculturação dos detentores dos poderes sobre os oprimidos, sobre os menos favorecidos. Os ouvintes promovem essa opressão desde séculos sobre o surdo, apenas visando ao reforço da cultura ouvinte e à desvalorização da cultura surda, como, no exemplo que acabamos de ressaltar, forçaram as pessoas a seguir uma cultura que não era a dela, no caso dos ameríndios, com a doutrinação cristã, e no caso dos surdos, com a imposição da oralidade.

Dessa maneira, tal pensamento de imposição vigora por anos e ocorre, em 1880, na Itália, o Congresso de Milão. Esse foi formado para discutir a educação dos surdos, com a constituição de educadores ouvintes e a exclusão da comunidade surda, e em que decidem a proibição do ensino da língua de sinais e, como veredito, indicam como educação para esses sujeitos o método de ensino oral. O surdo, a partir desse momento, teria apenas o ensino da oralidade. Isso promove um bloqueio identitário e a defasagem de ensino. O surdo sofre a imposição de uma cultura que não lhe pertencia e a desvalorização da sua.

O Congresso foi um marco na história surda. Por meio dele, originou-se um bloqueio, dificultando a identificação cultural e o desenvolvimento escolar, gerando exclusões e preconceitos. A língua visual foi proibida, não podia ter seu ensino e nem o uso, os falantes dessa língua foram obrigados a comunicar-se oralmente e, para esse ensino, foram utilizadas práticas que os forçavam a pronunciar as palavras que não escutavam, devido a isso a comunicação foi dificultada. Sem uma língua, há uma possível perda de identidade, perda das características únicas de determinados indivíduos.

Com o método oral afetou-se o cognitivo das crianças e dos adultos surdos, aprendiam a se comunicar por meio de treinamentos com a fonética, com auxílios de

fonoaudiólogos. Havia a aprendizagem pela leitura labial com guia das vibrações das cordas vocais, não escutavam o que pronunciavam, então olhavam para os educadores e repetiam. Instituições perpetuavam esses métodos e o repassavam sem adequação/distinção necessária para cada aluno. Conseqüentemente, os surdos eram vistos como deficientes, problemáticos, pois não conseguiam ter o mesmo entendimento que o público majoritariamente ouvinte, sendo isso vieram os preconceitos.

Após a exposição desse retrato social, podemos ter um entendimento das quatro fases da construção da cultura surda exposta por Perlin (1998) em sua pesquisa, sendo elas: fase de abertura (1866-1893); fase de isolamento (1893-1980); fase de transição (1960-1980) e fase de manipulação (1980-até atualidade). A fase de abertura é caracterizada pelos trabalhadores especializados que caracterizavam objetos semelhantes com outras associações de trabalhadores, porém, em 1890, deflagrou-se uma crise, na qual a comunidade passou a ser rejeitada devido a insistência da utilização da língua de sinais, tendo grande influência o Congresso de Milão nesse processo, como já referimos anteriormente, pois as crianças surdas passaram a ser educadas por método oral e isso prejudicou o desenvolvimento cognitivo e linguístico do mesmo.

Já na segunda fase, houve a criação de associações de comunidades surdas. Estas com propósitos na preservação da língua de sinais, em que grupos de pessoas se reuniam para fortalecer laços, comunicando-se com a sua primeira língua, pois eram proibidos socialmente. Com o desenvolvimento da língua nativa, desfrutamos de uma melhora e de uma progressão, no caso dos surdos.

Por volta dos anos de 1960 a 1980, houve uma transição. As comunidades que até então eram reprimidas e excluídas por manterem o uso da língua de sinais entre os sujeitos surdos começam a ter uma abertura de seu isolamento, estudos com a cognição e linguagem modificaram o modo de ensino persistente da época, o oralismo. Com as pesquisas, notou-se que os filhos surdos com pais surdos tinham um desenvolvimento cognitivo mais satisfatório do que quando as crianças surdas tinham apenas o ensino do oralismo (PERLIN, 1998). Diante disso, o ensino alterou-se, e deu-se início ao ensino do bilinguismo “[...] ou seja, a idéia da utilização de duas línguas na educação dos surdos.” (PERLIN, 1998, p. 57).

Após aspectos gerais expostos acima da história do surdo no mundo, discorreremos a partir desse momento mais sobre a história dos surdos no Brasil.

Em um primeiro momento, tivemos uma educação voltada aos deficientes auditivos com o educador francês, surdo, Ernest Huert, em 1856. Huert veio ao Brasil no período de regência de Dom Pedro II a convite do regente e criou o Instituto de Surdos-Mudos, que tinha a pretensão de atuar com a educação dos “surdos-mudos” com o método do oralismo, com práticas de leitura labial para que desenvolvessem a fala oral.

Essa vinda desse educador marcou a história da educação do surdo no Brasil, pois, a partir dele, deu-se início à educação voltada para essa população reprimida e isolada socialmente. O ensino tinha auxílio dos sinais como ferramenta para aprender a comunicar-se oralmente, entretanto, em 1957, esse auxílio foi desvinculado da prática de ensino e solidificou-se apenas o uso do método do oralismo na educação, principalmente após o Congresso de 1880 em Milão. E nesse desenvolvimento de mudanças com as novidades esperanças e de retrocessos, a educação adentra numa desvalorização que durou anos. Tendo por volta dos anos oitenta a Comunicação Total, uma mudança significativa sobre o modo de ensino, nota-se que a comunicação oral não estava realizando uma melhoria na comunicação da criança surda e afetava seu desenvolvimento cognitivo e linguístico.

Então, no intuito de incentivar o desenvolvimento da criança, foi colocado na educação o uso de recursos linguísticos, como, por exemplo: os códigos manuais, a oralidade, a língua de sinais, para que houvesse uma interação linguística – agravando a metodologia do Bimodalismo. Nos anos de 1990, é posto em discussão o bilinguismo, a importância do uso da linguagem de sinais no ensino, reconhecida até então como linguagem, mas que não tinha a valorização de língua. Somente no dia 24 de abril de 2002, com a Lei 10.436, o governo brasileiro reconhece como língua de sinais.

Em meio a retrocessos e progressos, as práticas de ensino são modificadas e tais alterações marcam o povo surdo, logo são formados dois grupos de surdos: surdos a favor do ouvintismo, segundo Perlin “[...] o estudo do surdo do ponto de vista da deficiência, da clinalização e da necessidade de normatização” (PERLIN, 1998, p.68), também o ouvintismo “Em sua forma oposicional ao surdo, o ouvinte estabelece uma relação de poder, de dominação em graus variados, onde predomina a hegemonia através do discurso e do saber” (PERLIN, 1998, p.68). E surdos que resistem diante do ouvinte, lutam por uma cultura própria.

Conforme esse quadro histórico desenvolvido até o momento, podemos estruturar a educação dos surdos no Brasil em três fases, de acordo com as pesquisas de Perlin. A primeira com a educação oralista, na qual enfatiza a língua oral no ensino, ocorrendo uma desvalorização cultural dos surdos e uma repressão social no uso dos sinais. A segunda com o ensino do bimodalismo, a língua de sinais é utilizada no processo de desenvolvimento educacional da criança surda, entretanto voltada para o ensino da língua oral. Com essa valorização da língua e pesquisas sobre a área da surdez, temos uma óptica que começa a ver a importância da língua de sinais e os prejuízos que o ensino da oralidade fez para as comunidades surdas. Por fim, temos a terceira fase, que se caracteriza pela transição, por uma reformulação educacional para os surdos com a mudança para o ensino bilíngue, em que se reconhece a língua dos surdos como primeira língua, e o ensino dos conteúdos escolares ocorre por meio dela para que o aluno surdo não seja prejudicado intelectualmente no processo e não tenha sua construção cultural barrada.

O início da educação dos surdos no Brasil teve sua base numa visão preconceituosa sobre os sujeitos, que os associava a deficientes apenas e não se importava com a identidade do ser. Os preconceitos são constituídos no passado e repercutem durante séculos, gerando consequências prejudiciais às vítimas. Como já citado no trabalho, a óptica da medicalização costumava se sobrepor às demais. Essa óptica vê o surdo como deficiente, com uma incompletude física. Segundo estudo de Joniana Soares Araújo e Cláudio Nei Nascimento da Silva (2016), há dois pontos de vista sobre a definição da deficiência auditiva.

A primeira define a deficiência a partir de três formas distintas: hipoacusia, com uma superficialidade da diminuição auditiva; diaacusia, com o defeito da audição e declínio da qualidade auditiva e anacusia, o mais severo, a ausência da audição. Já a segunda definição, tratará a deficiência auditiva como a deficiência dos órgãos de audição. De acordo com essa linha de pensamento, é ressaltado que “[...] a audição é muito importante para o desenvolvimento do ser humano, sua perda pode prejudicar o ensino-aprendizado, principalmente a linguagem oral” (ARAÚJO; SILVA, 2016, p. 29). Há, da mesma forma, estudos sobre o grau da surdez, podendo variar do leve ao mais profundo e, para contabilização dos níveis, temos os resultados em decibéis, sendo seis níveis possíveis “[...] normal: até 25 dB, leve: de 26 a 40 dB,

moderada: de 41 a 55 dB, moderadamente severa: de 56 a 70 dB, severa: de 71 a 90 dB, profunda: maior que 91 dB” (GESSER, 2009, p. 73)

Entretanto, estas concepções visam somente o lado clínico do fato:

[...] o povo surdo tem sido encarado em uma perspectiva exclusivamente fisiológica (*déficit* de audição), dentro de um discurso de normalização e de medicalização, cujas nomeações, como todas as outras, oprimem valores e convenções na forma como o outro é significado e representado (GESSER, 2009, p. 47).

Não é considerada a forma da surdez no aspecto cultural, retratam a surdez como um problema para o surdo, uma imperfeição. Por essa razão, o peso semântico não é posto em pauta e, após análises de Gesser sobre as definições de deficiência, deficiente e surdez, pode-se ver que acarretam grandes preconceitos. A deficiência está ligada diretamente à surdez, são sinônimos clínicos, e apresentam adjetivos, como: falhas, insuficiências e imperfeição. Nisso, o surdo recebe a rotulação de deficiente auditivo.

Termos preconceituosos, que são utilizados para rotular os surdos, são ferramentas da prática de normatização presente na humanidade. A surdez é construída por meio de uma sistematização de anormalidade. Historicamente, foi visto esse processo de normalização ditado, pelo povo majoritariamente ouvinte, o que é normal e o que não é e, nesse processo, tivemos uma falta de empatia sobre o outro, o que acaba com que não se coloca no lugar do outro, não se vendo as diferenças presentes nos seres. As diferenças são vistas como algo errado, algo anormal, apenas o que é ditado pelo “[...] ser homem, branco, ocidental, letrado, heterossexual, usuário de língua oral padrão, ouvinte, não cadeirante, vidente, sem “desvios” cognitivos, mentais e/ou sociais...” (GESSER, 2009, p.68) é o correto e, com isso, as pessoas surdas foram rotuladas como incompletas, deficientes, incapazes – indivíduos defasados da sociedade.

Todavia, se focalizarmos não apenas nos lados médicos, mas, sim, também no aspecto cultural, pode ser visto o indivíduo em sua completude, tendo sua complexidade histórica, social, cultural e linguística. Basta apenas dar oportunidade para o sujeito diferente, dar meios para que ele possa desenvolver-se e evoluir devidamente com oportunidades semelhantes às dos ouvintes. Segundo relatos pesquisados por Gesser, temos quadros diferentes na constituição do surdo: primeiramente, temos um caso de um menino surdo, de nascença, com família

ouvinte. Os pais, no dia do descobrimento da surdez de seu filho, recebem a notícia como algo negativo e por isso trata a criança como excepcional e problemático, o coloca numa instituição de ensino sem qualificações para tal diferença e muitas vezes negam a utilização da língua de sinais. Por meio disso, o desenvolvimento do garoto é prejudicado, pois a ele é imposto um processo de normatização e é retratado como anormal, incapaz.

Além desse quadro, mais comum na sociedade, existem também quadros na qual o surdo apresenta um meio oportuno para seu desenvolvimento. Como na história retratada por Audrei, em suas pesquisas em torno do menino Sam, um garoto surdo que nasceu numa família na qual todos são surdos. Ele tem o contato com uma garota ouvinte e nisso há um estranhamento, a garota tinha dificuldades de comunicar-se com Sam e falava de modo diferente com seus pais em comparação com Sam. O garoto surdo nasceu em um ambiente propício para seu desenvolvimento, teve o uso de sua língua nativa e com isso seu cognitivo não foi prejudicado, havendo também modelos como o de sua família e o da escola capacitada com o ensino diferenciado. Portanto, não houve uma inferiorização de sua diferença, mas, sim, uma aceitação e exposição de que todos têm diferenças e isso não os torna inferiores.

Para finalizar, podemos perceber que há “[...] dificuldade humana em aceitar e conviver com as diferenças” (GESSER, 2009, p. 64) e que, segundo Perlin, “A história começa impedindo o sujeito surdo de ser.” (PERLIN, 1998, p. 53)

### **1.3A língua e sua estrutura**

O desenvolvimento do homem ocorre de diversas maneiras, e um dos fatores essenciais nesse processo é a comunicação. Por meio da comunicação, teremos a construção das relações interpessoais, nas quais haverá trocas de conhecimentos, de experiências culturais, de entendimento do outro, em que, para se passar uma mensagem, o emissor utiliza-se da língua e das linguagens para formular frases e comunicar-se com o receptor. Com isso, é de grande importância que nesse andamento ambos se comuniquem na mesma língua para que haja o possível entendimento da mensagem. Sobre a comunicação que promove a construção das relações interpessoais, tem-se a compreensão que:

[...] a comunicação deve ser entendida como um processo de construção de significados em que o sujeito interage socialmente, usando a língua como instrumento que o define como pessoa entre outras pessoas (ARAÚJO; SILVA, 2016, p. 48).

Concomitantemente, a comunicação floresce por meio de dois aspectos: língua e linguagem. As linguagens são instrumentos que a comunicação social tem, seu papel é de grande importância no processo de evolução do ser, pois, com elas, teremos compreensão das significações dos signos que a língua desenvolve. Por meio da linguagem de imagens, dos sons, dos símbolos, o indivíduo tem contato com o ambiente em que está inserido e pode nele atuar.

Além da relação com a sociedade, temos a atuação também no âmbito psicológico, na qual o sujeito utiliza as linguagens para compreender o abstrato e concreto:

[...] a linguagem executa um importante elemento na construção psicológica do indivíduo, possibilitando a relação da linguagem com os mundos exterior e interior e a compreensão do abstrato e do concreto. A linguagem permite, ainda, que seu usuário faça a relação entre objetos, generalização, caracterização e conceitos, entre outros, o que concede a transmissão e a assimilação de conhecimento pelo sujeito por meio da interação (ARAÚJO; SILVA, p.58-59).

E a língua, de acordo com estudos de Araújo e Silva, é um conjunto de signos (palavras, expressões) criados pelo homem para estruturar os sentidos no ato de comunicar-se, está atrelada com a linguagem, com seu papel fundamental na formação do ser social, pois a língua irá abranger o indivíduo social, por meio da fala, e terá o contato com a comunicação – interação cultural – na qual desenvolverá sua ideologia, sua posição política, sua cultura, tendo o sujeito, com isso, o uso da língua responsável por atuar no meio que vive, modificando-o. Conclui-se que é “[...] a partir da língua que nos tornamos seres racionais, pensantes e, para tanto, detentores de cidadania (ARAÚJO; SILVA, 2016, p. 46).”

Com o uso desses recursos linguísticos, realiza-se a comunicação social e as interações interpessoais na sociedade, que constroem o mundo em que vivemos. Entretanto, quando voltamos o foco para o povo surdo, vemos uma cultura prejudicada pela falta de comunicação. Os preconceitos com a língua geraram grandes prejuízos para a comunidade. Durante séculos, os indivíduos surdos sofreram um processo de exclusão social, pois a cultura majoritariamente ouvinte

não aceitava a primeira língua dos surdos – língua de sinais – a rejeitava e impuseram a cultura ouvinte aos surdos, rotulando o padrão da normalidade.

Em conformidade com a exclusão social, ocorreu a estagnação do desenvolvimento cognitivo e intelectual do povo surdo, pois, segundo estudos de Vygotsky, o pensamento e a linguagem são de extrema importância no papel de formação intelectual da criança. Quando um desses processos não é trabalhado, a criança apresenta perda da sua constituição como ser pensante. A linguagem irá trabalhar com a evolução intelectual e emocional em que o sujeito poderá se expressar, além do pensamento com a inteligência prática. Ambos apresentam importância no processo de criação da consciência humana: “Durante a evolução do pensamento e da linguagem, relações se estabelecem entre eles e se modificam e assumem importância gradualmente” (GAUTHIER; TARDIF, 2014, p. 376), pois, com a junção do pensamento e das linguagens, temos a formação do pensamento verbal, que interfere diretamente no desenvolvimento intelectual da criança. Não houve o desenvolvimento na comunidade surda. Como a língua de sinais era excluída, aos surdos foi imposta uma cultura que não lhe pertencia, não deixando haver comunicação.

Essa é a face mais pura da exclusão dos surdos porque pressupõe uma integração a partir dos interesses da cultura ouvinte, desconsiderando a realidade do surdo e a estrutura mental baseada na língua de sinais que lhe permitiu compreender e se fazer na realidade (ARAÚJO; SILVA, 2016, p. 50)

Com essa falta de comunicação devido à exclusão em vários âmbitos sociais, como, por exemplo, em escolas, onde o ambiente não apresenta adaptações para o surdo, tanto nas metodologias de ensino que não focalizam o ensino da língua de sinais como primeira língua para os surdos e o português como segunda, quando nos processos de socialização, raras pessoas têm o entendimento da língua e se comunicam com o indivíduo. Muitas vezes, nessas comunicações, há preconceitos graves sobre a língua, na comunicação em outros ambientes, além dos escolares, como em bancos e em lojas, entre outros. Temos um bloqueio da cidadania do surdo, pois o surdo apresenta grandes dificuldades de se comunicar e de se expressar na sua língua, devido a não aceitação das diferenças:

Por esse motivo, a língua de sinais deve ser considerada como importante instrumento para o reconhecimento da cidadania destas pessoas, uma vez que é principalmente através dela que interagem com o mundo e sua língua natural (ARAÚJO; SILVA, 2016, p. 48).

Assim, houve uma mudança significativa nesse processo de prejuízo linguístico com a comunidade, a partir do momento em que ocorreu o reconhecimento pelo Governo federal brasileiro da Língua brasileira de sinais (LIBRAS) como primeira língua para o surdo, com a criação da Lei 10.436, no dia 24 de abril:

Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais – Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. (BRASIL, 2002)

É importante notar que não houve exclusão da língua portuguesa, mas, sim, a reconhecendo como segunda língua para esses sujeitos: “Parágrafo único. A Língua Brasileira de Sinais - Libras não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa” (BRASIL, 2002) e, sucessivamente, no dia 22 de dezembro de 2005, com o decreto 5.626, tivemos, no capítulo quatro, artigo décimo quarto, o ensino da Libras nos diferentes níveis educacionais e sua diferenciação com a língua portuguesa:

Art. 14. As instituições federais de ensino devem garantir, obrigatoriamente, às pessoas surdas acesso à comunicação, à informação e à educação nos processos seletivos, nas atividades e nos conteúdos curriculares desenvolvidos em todos os níveis, etapas e modalidades de educação, desde a educação infantil até à superior. (BRASIL, 1988)

Com esses reconhecimentos, a realidade das comunidades começa a modificar-se. A partir disso, é pressuposto que as instituições escolares como organizações que representam a sociedade no intuito de propor problemas, desafios que serão enfrentados no mundo pelos alunos e que estes saibam resolvê-los e sejam protagonistas de sua aprendizagem, e com isso forme sua cidadania, terá, em seu ensino, adaptações nas metodologias, que até então não valorizavam as diferenças dos sujeitos surdos, para que os surdos tenham um progresso educacional. Nesse ensino, os docentes têm o contato com a Libras e, por meio disso, aqueles que se especializam nela lecionam por ela para que os alunos surdos tenham o seu contato com sua primeira língua – Língua Brasileira de Sinais – para construção de sua individualidade, identidade e cidadania, pois:

A comunidade surda tem aspectos próprios de uma cultura que deve ser respeitada. A língua Brasileira de Sinais é uma língua que está contextualizada com valores de uma comunidade que possui uma história de preconceito e exclusão social, mas que ao longo do tempo todo este processo vem sendo modificado pela leis e decretos, que reconhecem a Libras como ponto de partida para o desenvolvimento do surdo, considerando-a língua oficial e primeira língua pela comunidade surda e o português como segunda língua (ARAÚJO; SILVA, 2016, p. 61)

Devido a isso, o entendimento sobre a Libras se expande para outros lugares, como, por exemplo, nos ambientes acadêmicos, hospitalares, esportivos, jornalísticos, entre outros. E há processos de inclusão, eventos relacionado à surdez, como no mês de setembro, em que ocorre a comemoração/reflexão, no dia 28, com o evento do Setembro Azul: comemoração do dia do surdo. Ou as pesquisas relacionadas sobre a área da surdez, como o Congresso do Instituto Nacional de Educação dos Surdos (COINES), no Rio de Janeiro, entre outros eventos.

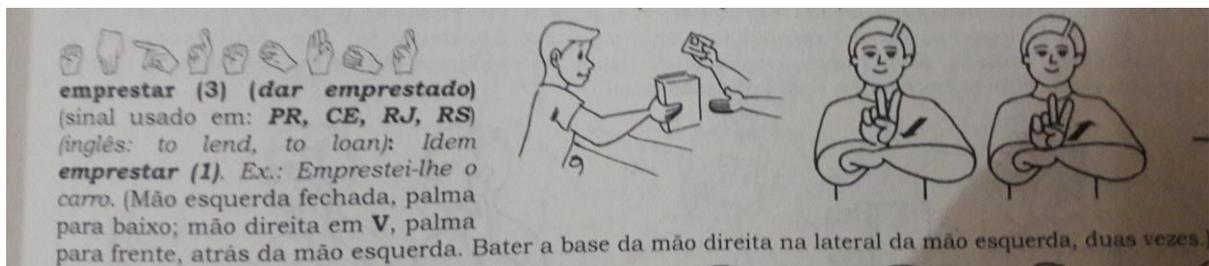
Posto a importância do reconhecimento da Libras, logo o sujeito surdo necessita ter o domínio da língua para que haja o processo de comunicação e se relacione com outros falantes nativos da língua ou ouvintes que têm o entendimento da comunicação de sinais. Nessa operação, o entendimento da segunda língua acontece, pois o sujeito surdo irá desenvolver-se com o contato, primeiramente, com a língua de sinais e, posteriormente, irá aprender sua segunda língua: a portuguesa escrita. Por meio dela, a pessoa terá menos independência na comunicação intercultural, poderá utilizar as linguagens e as línguas tanto de sua cultura como a do ouvinte para poder formular orações, discursos, ter posicionamentos críticos na sociedade na qual todos entendem – ouvintes e surdos.

O desenvolvimento foi progressivo, entretanto ainda há marcas da exclusão da Libras. A língua foi reconhecida pelo governo e apresenta um “[...] sistema lingüístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria [...]”, logo a Libras apresenta uma esquematização, estruturação como as outras (inglês, espanhol, português...). O cientista norte americano William Stokoe foi um grande estudioso da área da Língua de Sinais Americana, *American Sign Language (ASL)*, no período que trabalhou na Universidade de Gallautet. Em seus estudos sobre a língua, ele criou uma organização gramatical para ela, com três parâmetros: configuração de mão (CM); ponto de articulação (PA) e movimento (M).

A princípio, foi essa a estruturação gramatical que estava em uso, de acordo com Gesser. Nos anos de 1970, os estudiosos da língua, Robbin Battison, Edward

S.Klima e Ursulla Bellugi, acrescentaram mais um parâmetro: orientação da palma da mão(o), ficando ao todo quatro parâmetros. Esse novo parâmetro, dependendo da orientação em que a palma da mão estará na hora em que o emissor fizer o sinal, e dependendo da orientação do sentido da frase, pode modificar, igual como acontece com as palavras “bota” e “vota”. Os fonemas delas apresentam uma única diferenciação para os ouvintes com a letra “b” para “v”. Tal modificação é nomeada, conforme Gesser, de “par mínimo”; na cultura surda pode-se usar como exemplificação com o verbo “avisar”, neste exemplo:

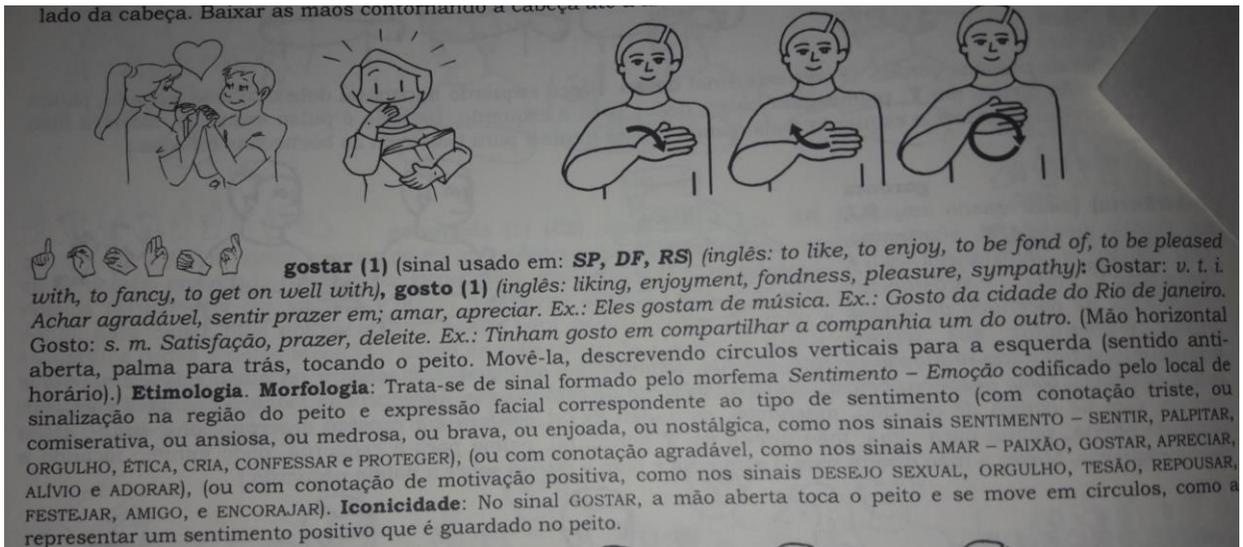
Figura 1: Verbo “emprestar”



Fonte: Retirado e adaptado do dicionário enciclopédico ilustrado trilingue de Capovilla, Raphael e Mauricio (2013).

O verbo “emprestar” tem dois sentidos. O primeiro caso é quando o emissor empresta algo a alguém, nisso irá passar a mensagem com a configuração de mão em “v” com a palma da mão para frente e atrás da mão esquerda fechada, bater duas vezes a mão direita na base da fechada. Mas com a orientação de mão (o), caso seja alterada, o sentido muda. O segundo sentido: se o emissor quer algo emprestado. Nisso, a mão com a configuração de mão em “v” ficará à frente da base de mão fechada, logo a palma da mão da posição em “v” voltará à pessoa que quer emprestado algo. Além da flexão verbal, há também a marcação de negação, como neste exemplo do verbo “gostar”:

Figura 2: Verbo “gostar”

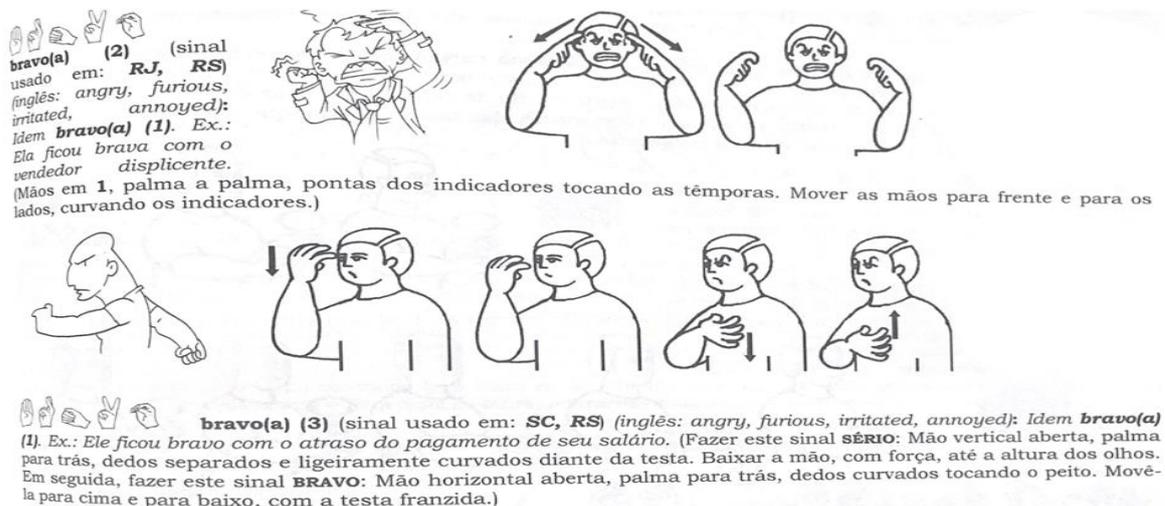


Fonte: Retirado e adaptado do dicionário enciclopédico ilustrado trilingue de Capovilla, Raphael e Mauricio (2013).

A marcação de negação ocorre sobre dois fatores: marcação não manual e marcação manual, dicotomia que se completa. Mão horizontal aberta, palma voltada ao peito e com movimentos circulares é o sinal de “gostar”, já na negação, a palma da mão desliza do peito para fora do corpo na horizontal – marcação manual – e junto tem a expressão fácil de negação – marcação não manual.

Os surdos, além de utilizarem as mãos para a comunicação, também dispõem do uso das marcações não manuais, recursos linguísticos como no caso dos ouvintes, quando utilizam a entonação da voz, o ritmo. Já os surdos se utilizam das expressões faciais, com movimentos de olhos, sobrancelhas, boca, nariz, maxilar, bochecha, entre outros. Como exemplificação desses recursos:

Figura 3: Adjetivo “bravo”



Fonte: Retirado e adaptado do dicionário enciclopédico ilustrado trilingue de Capovilla, Raphael e Mauricio (2013).

Para que o sinal esteja formulado corretamente, de acordo com a estruturação da gramática da língua, é necessário que o sujeito deixe sua testa franzida.

## **CAPÍTULO 2**

### **ASPECTOS METODOLÓGICOS**

O capítulo abordará o processo metodológico em que a pesquisa foi baseada. Os dados que foram expostos nesta parte do trabalho são derivados de um processo empírico, logo serão relatados alguns preconceitos vivenciados pelo autor durante o processo de pesquisa.

#### **2.1 Metodologia de investigação**

Este trabalho contou, inicialmente, com uma metodologia que empregou a pesquisa bibliográfica, de viés qualitativo. Além disso, empregou-se uma metodologia empírica, em que foram trabalhados os processos que o autor vivenciou, tanto em ambientes informais quanto em ambientes formais relacionados ao universo de contato entre as culturas surda e ouvinte.

Durante a formação deste trabalho alguns conceitos sofreram ressignificação para o pesquisador, pois, com as pesquisas bibliográfica, conceitos teóricos formularam uma nova perspectiva da sociedade e ficaram visíveis alguns preconceitos sociais que grande parcela da população tem.

Os sujeitos surdos, muitas vezes, servem para discursos humorísticos, piadas em rodas de amigos, nas ruas, nos ambientes comerciais, até mesmo na academia, como, por exemplo, algumas falas: surdo-mudo; mudinho; ele(a) não fala; deficiente; surdinho; ele(a) só se comunica por meio de gestos; é bom ter uma esposa surda-muda, pois ela não vai poder escutar e nem reclamar de você, entre outros. Ou como discursos sobre incapacidade, com frases “Coitadinho, ele é surdo”, “Nossa! Será que ele consegue fazer a tarefa? Ele tem problema”, “Esse negócio de ser surdo é difícil”. Então, por meio dessas falas coletadas no processo de estudo, foi escolhido que não realizaríamos um questionário para que as pessoas respondessem sobre seus preconceitos, uma vez que poderia haver uma contaminação das respostas, porque ninguém admitiria que pratica preconceitos e discriminação cultural.

Para que não ocorresse a perda da espontaneidade, recolhemos relatos do dia a dia do pesquisador. Neste trecho, focaremos em três experiências

preconceituosas, dentre os vários momentos de preconceitos. O Primeiro fato ocorreu em um encontro de ex-colegas do Ensino Médio. Após diálogos sobre a vida acadêmica de cada um, um indeterminado sujeito descobre que o colega teve um semestre da disciplina de Libras e comenta que também teve em sua faculdade, ressaltando que, com as aulas iniciais na faculdade, tornou-se indivíduo proficiente da língua. Entretanto, na comunicação com a Libras, o sujeito “proficiente” apresenta apenas o entendimento do alfabeto manual. Visto isso, temos o preconceito que a Libras se resume apenas ao alfabeto e é desconsiderado todo seu processo de organização gramatical e cultural, o que revela, em última instância, um processo de desvalorização linguística e social do surdo.

Já o segundo, marcado em um almoço familiar no qual temos alguns comentários, como “Ah, agora você fala Libras, linguagem dos mudos que fazem mímicas para se conversar”. Nesse discurso, há vários preconceitos em um ato de mensagem só. Muitas vezes, esses preconceitos são repassados devido à ignorância sobre o tema, são preconceitos enraizados. Primeiramente, há o preconceito do entendimento da Língua de sinais como linguagem de sinais. A língua é um organismo vivo dos seres humanos, está em constante transformações e é uma construção cultural dos indivíduos. Por meio da linguagem, temos um instrumento, não inferior a língua, que está relacionado ao ato de transmitir uma mensagem pelas expressões faciais, pelas imagens, pelo ritmo, pelo tom etc. O outro preconceito é a terminologia “mudo”. Os surdos são capazes de falar e os que querem ter a oralidade buscam práticas que treinam as cordas vocais para transmitir os sons. Por fim, a redução da Libras para as pantomimas/mímicas simplifica a língua em mímicas, limitando o surdo de comunicar-se com mais profundidade.

O último evento caracteriza-se pela experiência do contato com interpretes que realizam o português sinalizado. Profissionais da área da surdez, no processo de interpretação, ao invés de utilizarem-se da Libras, com sua estrutura e organização, fazem apropriação para as estruturas do português e, por meio disso, interpretam de maneira errônea a mensagem ao surdo.

## **2.2 Contato pessoal intercultural**

Durante o desenvolvimento deste trabalho, o pesquisador teve o contato com a cultura surda. Participou de eventos e de pesquisas relacionados à área da surdez, com atuação como voluntário no projeto de extensão “Ética e inclusão

escolar: falando com as mãos”, do Núcleo de Gestão e Execução de Convênios (Nugec) da Universidade de Taubaté. Nesse projeto, atuou com mais algumas bolsistas da área da Pedagogia, cuja pretensão era atuar na educação infantil e fundamental das escolas municipais de Taubaté, trabalhando com as temáticas: diferenças, diversidade, inclusão, deficiência, cultura, história, identidade surda.

O projeto englobava duas idas semanais à escola e uma reunião também semanal. Nas reuniões, ocorria a organização das aulas e do material pedagógico e de conteúdo, necessários para a realização das aulas. Durante o projeto, oficinas sobre diversos temas foram feitas pelos coordenadores para que os bolsistas e voluntários tivessem uma aprendizagem extra. Além desses fatores, todos os que participavam do grupo tinham de fazer diários de campo das atividades trabalhadas nas escolas, diários que eram entregues mensalmente.

Nesse envolvimento, o pesquisador pode relacionar-se com a comunidade surda. Como no encontro com a Associação de Atenção ao Deficiente Auditivo e Surdo (AADAS), com o evento do Setembro Azul. No encontro com o AADAS, os alunos da escola municipal do Sistema Educacional de Desenvolvimento Social (Sedes) que participavam do projeto de Libras realizaram um piquenique interativo com as crianças do AADAS, para que as crianças ouvintes se relacionassem com a criança surda, com o objetivo de relacionar duas culturas distintas, além da interação entre esses sujeitos.

## **CAPÍTULO 3**

### **DESMISTIFICANDO OS PRECONCEITOS**

Neste capítulo, a pesquisa focará em três preconceitos linguísticos marcantes que os ouvintes promovem sobre a Libras: 1) a língua dos surdos é mímica; 2) a língua de sinais é o alfabeto manual; 3) a língua de sinais é uma versão sinalizada da língua oral. Com isso, pretendemos desmistificar esta falsa verdade disseminada sobre a cultura.

Além disso, mostraremos que o processo de inferiorização da Libras é um ato negligentemente preconceituoso, pois, ao desvalorizá-la, há a subordinação cultural, portanto comete-se um preconceito social.

#### **3.1 Pressupostos preconceituosos da cultura ouvinte com a surda**

As marcações de exclusão que ainda persistem e são postas em alguns preconceitos vigentes com a língua nos fizeram selecionar, na pesquisa, apenas três dentre vários que existem, já mencionados anteriormente.

A Libras não é mímica. Estudos realizados pela linguista Gesser traz para discussão a distinção entre mímica e sinais. Para isso, ela utiliza de estudos da ASL numa contação de história que envolvia, no meio da narrativa, a descrição de uma camisa de força. A pantomima, que apresenta o mesmo significado de mímica, descreve a ação de colocar uma camisa de força, mostra por meio de mímicas o processo detalhadamente icônico, entretanto não apresenta eficiência, pois é um processo muito demorado e extenso. Então, os estudiosos norte-americanos, vendo a ineficiência do procedimento, realiza pesquisas para que haja um encurtamento do grandioso processo de falar sobre uma camisa de força e, por fim, após investigações, os pesquisadores viram que um procedimento mais eficaz da representação da camisa de força foi a redução, focalizando em dois sinais, dois momentos: uma mão sobre a outra, consequentemente a representação com as mãos de um nó.

[...] a diferença é que as panimias ou mímicas – uma vez que tentavam representar o objeto tal como existe na realidade – eram muito mais detalhadas, comparadas aos sinais americanos, levando muito mais tempo para a sua realização. A pantomima quer fazer com que você veja o

“objeto”, enquanto o sinal quer que você veja o símbolo convencionado para esse objeto (GESSER, 2009, p. 21).

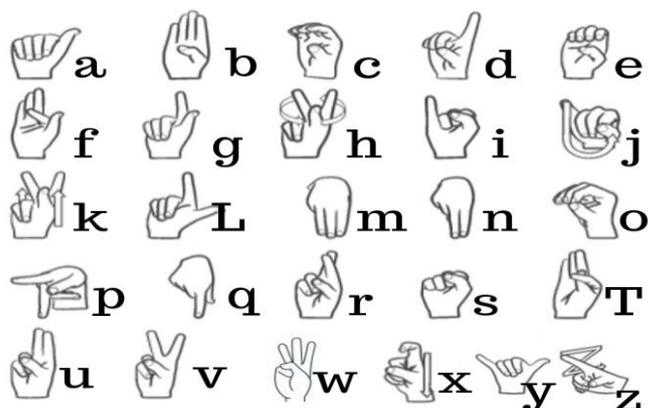
Em suma, esse pressuposto ouvinte de que a língua é limitada à mímica demonstra a visão preconceituosa que se tem. A língua é inferiorizada até certo ponto em que não se é capaz de ter o desenvolvimento do abstrato, pois é algo que não tem como se expressar teatralmente. Para Gesser (2009), o surdo é visto como incapaz, um ser anormal, pois o seu máximo modo de expressão não ultrapassa as mímicas e só os outros surdos terão pleno entendimento sobre a mensagem que ele quer passar. Isso é perceptível quando encontramos expressões ou nomeações pejorativas, como [...] anormal, deficiente, débil mental, mudo, surdo-mudo, mudinho [...]” (GESSER, 2009, p. 21).

Já no preconceito em que a língua de sinais, para grande parte dos ouvintes, é relacionada apenas com o alfabeto manual, ocorre o desdobramento de que os surdos apenas se comunicam por meio da datilologia/soletramento digital. Isso é um equívoco, pois conforme estudos de Gesser, o alfabeto faz parte da língua, complementa-a e tem sua função como um código utilizado pelos falantes de Libras.

Acreditar que a língua de sinais é o alfabeto manual é fixar-se na ideia de que a língua de sinais é limitada, já que a única forma de expressão comunicativa será uma adaptação das letras realizadas manualmente, convencionadas e representadas a partir da língua oral (GESSER, 2009, p.29).

O alfabeto não sintetiza uma língua ao todo, mas, sim, tem sua importância nos recursos linguísticos. O alfabeto manual de Libras consta de vinte e sete letras, contando com a cedilha (“ç”):

Figura 4: Alfabeto manual



Fonte: Retirados do site Brasil Escola.

A sua importância provém dos recursos de soletramento de definições ainda não existente nos sinais, como, por exemplo: nomes próprios de pessoas, lugares, siglas, conceitos, pois “[...] uma vez aprendida a ideia, convencionam-se os sinais para substituir a datilologia de um dado vocábulo [...]” (GESSER, 2016, p. 30). Há, inclusive, empréstimo dos sinais de pontuação e dos sinais matemáticos e também realizam-se adaptações da língua oral, como, por exemplo, as palavras “nunca” e “se”:

Esse fenômeno está intimamente relacionado ao uso. Quadros & Karnopp (2004: 91) ilustram essa questão no alfabeto manual verificando o advérbio *nunca* (soletrando n-c-a ou n-u-n). O mesmo ocorre na realização da conjunção *se* (soletrada s-i) e no uso do verbo *ser/estar*, no presente do indicativo, conjugado na terceira pessoa do singular *\_é\_* (soletrado apenas o movimento de acento agudo no ar com a afirmação positiva da cabeça) (GESSER, 2009, p. 31).

Caso a língua se reduzisse ao alfabeto, a comunicação seria uma relação extensa e confusa, devido à formulação dos discursos. Num discurso simples, seriam empregadas palavras com bastante sílabas, como, por exemplo “E vou comprar pão”. A oração ficaria grande e a transmissão seria limitada “e-v-o-u-c-o-m-p-r-a-r-p-ã-o”. Se nessa simples frase já se dá algo cansativo, então num debate político o surdo ficaria horas para falar sua posição e perderia o sentido de seu discurso. Ainda por cima é negado aos surdos que tenha sua peculiaridade cultural, impondo a eles a escrita portuguesa (no caso do nosso país) com as palavras escritas manualmente.

Por fim, a língua de sinais não é uma versão sinalizada da língua oral. A Libras, ASL, e as outras línguas de sinais espalhadas pelo mundo têm suas peculiaridades e suas estruturações gramaticais, são línguas completas e não representação da oral. Confunde-se muito, no ensino da língua, o método do bimodalismo, pois com ele é trabalhada a língua de sinais juntamente com a oral, muitas das vezes com desvios graves de intérpretes que realizam o seu trabalho com o português sinalizado. Consequentemente, a língua não é contemplada “[...] embora preconize uma tentativa de facilitar a aprendizagem da estrutura da língua oral pelo surdo, ela funciona como uma [...] (GESSER, 2009, p. 33) ” falsa língua intermediária.

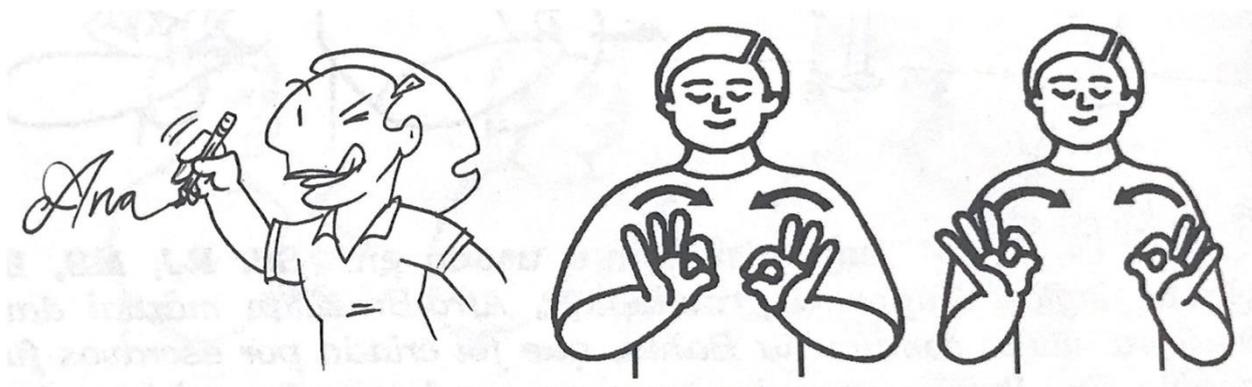
O contato é evidente. As línguas orais influenciam umas às outras e, no caso das línguas de sinais, não seria diferente, estamos numa sociedade na qual cada sujeito que a constitui influencia o outro, há processos de empréstimos da parte da língua oral para a de sinais. Entretanto, tais relações não diminuem a língua sinalizada. Houve um processo histórico conturbado e, até hoje, é majoritariamente a população ouvinte que engloba a sociedade de entorno da surda. Gesser ressalta que as relações umas com as outras são desenvolvimentos naturais.

Em muitos outros momentos, todavia, o português sinalizado pode ser o reflexo de uma ideologia e, então, há que averiguar mais perto para saber se esses usos, se esses falares são ou não uma última tentativa, um último grito da maioria ouvinte para rejeitar e banir a língua de sinais dos surdos (GESSER, 2009, p. 35).

Um outro aspecto da língua que a torna rica, além de sua estruturação, é sua variedade. O Brasil é um país com um território continental, é formado por diversos estados, cidades e cada qual apresenta característica de sua região. O linguista Marcos Bagno expôs alguns preconceitos com a língua portuguesa. Na obra *Preconceito linguístico – O que é? Como se faz?*, são discutidos alguns mitos que estão presente tanto nos discursos do senso comum quanto nos do meio acadêmico sobre a língua portuguesa brasileira e, dentre esses, temos o mito de que a língua portuguesa/português do Brasil é uma língua homogênea. O português é uma língua, logo, tem uma heterogeneidade e é viva, está em constante mudança devido as suas variações históricas, sociais, econômicas, estruturais.

Desse modo, a Libras porta suas variações também. Como um exemplo de variação, pode ser usado o verbo caprichar:

Figura 5: Verbo “caprichar” nos estados do Rio Grande do Sul e São Paulo



Fonte: Retirado e adaptado do dicionário enciclopédico ilustrado trilingue de Capovilla, Raphael e Mauricio (2013).

Esse primeiro modelo, adaptado, retrata o sinal do verbo “caprichar” utilizado nos estados do Rio Grande do Sul (RS) e São Paulo. Nele, as duas mãos do emissor da mensagem ficam abertas com a palma voltada para a frente, com os dedos indicador tocando os polegares e, por fim, com a movimentação da mão: o balançar.

Já esta ilustração, com o sinal mais utilizado nos estados do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul, mostra uma construção diferente do verbo exposto acima:

Figura 6: Verbo “caprichar” nos estados do Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro



Fonte: Retirado e adaptado do dicionário enciclopédico ilustrado trilingue de Capovilla, Raphael e Mauricio (2013).

Na realização desse sinal, é necessário que o usuário utilize as duas mãos com a palma da mão aberta, voltada para a frente com os dedos polegares e indicadores juntos e realizem movimentos circulares alternados.

Ambos os desenhos mostram o mesmo verbo com a mesma significação. Não estão erradas, mas, sim, são diferentes, foram constituídos pelas características sociais de seus Estados. Logo, é exposto que a língua é um organismo social e que o preconceito sobre a ela é um preconceito social com uma cultura.

Toda e qualquer língua humana viva é, intrinsecamente e inevitavelmente, heterogênea, ou seja, apresenta variação em todos os seus níveis estruturais (fonologia, morfologia, sintaxe, léxico etc.) e em todos os seus níveis de uso social (variação regional, social, estilística etc.) (BAGNO, 2009, p. 27).

A seguir, temos as considerações finais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em vista dos argumentos apresentados nos capítulos anteriores, podemos observar que os povos surdos foram prejudicados de diversos modos pela exclusão social promovida pelos ouvintes sobre eles, que sofreram na história um longo processo e ainda sofrem, e isso acarretou a formação de preconceitos sociais. Foram prejudicados no âmbito educacional e seu desenvolvimento cognitivo teve atrasos, pois não havia metodologia de ensino voltada para sua diferença, para a sua cultura, mas, sim, apenas metodologias voltadas para uma cultura ouvinte.

Dessa maneira, a sua comunicação enfrentou dificuldades, pois, com esse ensino, a língua nativa dos surdos foi desvalorizada e não foi levada em conta a sua importância a ser trabalhada com os sujeitos surdos, que tem relevância na sua formação cultural e identitária. Aos indivíduos surdos foram impostos métodos que os obrigavam a comunicar-se oralmente, não em língua de sinais e, muitas vezes, isso os limitava nas comunicações nos ambientes escolares, profissionais, familiares etc. Essas dificuldades os excluíram da sociedade e formaram pressupostos preconceituosos sobre a cultura surda.

Com esses pressupostos, os indivíduos surdos foram rotulados como seres desvalidos, incapazes de realizar atividades que eram postas na sociedade, pois apresentam uma diferença e tal diferença, em muitos casos, não foi compreendida pelos ouvintes. Há reproduções de discursos preconceituosos, como em casos de simplificações da língua de sinais, caracterizando-a como sendo apenas uma língua constituída pelo alfabeto manual ou constituída apenas por mímicas. Ou também casos de reproduções de rótulos, como, por exemplo: mudinho, surdo-mudo.

Logo, pode ser visto que, com a exclusão histórica da população surda, o desenvolvimento social dela enfrentou dificuldades, além do fato de serem gerados preconceitos sociais. Entretanto, com a pesquisa, foi visto que estamos em um período de transição, os mitos estão sendo pesquisados e desmistificados por diversas pesquisas. E que a cultura surda tem suas características próprias, com uma língua completa e complexa que deve ser encarada com o mesmo respeito que a cultura ouvinte é encarada, com suas diversas línguas constituintes.

Além disso, os resultados mostram que, mesmo com as mudanças positivas que ocorreram no decorrer da história, ainda persistem discursos excludentes com

os sujeitos surdos. Ainda há uma compreensão difusa com as diferenças, pois a normatização foi imposta e para quebrá-la temos um processo árduo e demorado, na qual é de grande valia praticarmos a empatia em relação a esse outro.

Durante a pesquisa, não exploramos a fundo sobre a importância do docente proficiente na língua de sinais, pois não era o foco do trabalho, mas tal estudo agregaria grande importância à sociedade, porque determinado profissional é um componente elementar na constituição da cidadania do sujeito surdo. Espera-se que, com este trabalho, após mostrar um retrato social da comunidade surda e suas dificuldades, algumas ópticas preconceituosas sejam revisadas pelos propagadores e que modifiquem seus discursos preconceituosos, conhecendo a rica cultura surda.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Joniana Soares; SILVA, Cláudio Nei Nascimento da. **A inclusão de alunos surdos**: Demarcações Teóricas, Curriculares e de Formação Docente. Curitiba: Prismas, 2016.

BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico** – O que é? Como se faz? São Paulo: Loyola, 2009.

BRASIL ESCOLA. **Alfabeto manual**. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/educacao/lingua-brasileira-sinais-libras.htm>>. Acesso em: 03 nov. 2019.

BRASIL, Congresso Nacional. **Lei nº 9.394** de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)>. Acesso em: 06 nov. 2019.

BRASIL, Congresso Nacional. **Lei 10.436** de 24 de abril de 2002. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/2002/L10436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10436.htm)>. Acesso em: 06 nov. 2019.

BRASIL, Planalto. **Decreto 5.626** de 22 de dezembro de 2005. Disponível em: <<https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/96150/decreto-5626-05>>. Acesso em: 06 nov. 2019.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Schuwarcz, 1996.

CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkiria Duarte; MAURICIO, Aline Cristina L. **Novo Deit** – Libras Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua de Sinais Brasileira. São Paulo: EdUSP, 2013.

GAUTHIER, Clemont; TARDIF, Maurice. **A Pedagogia**: teorias e práticas da Antiguidade aos nossos dias. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

GESSER, Audrei. **Libras? Que língua é essa?** Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009.

PERLIN, Gladis T.T. **Histórias de vida surda**: identidades em questão. 1998. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1998.

SANTOS, José Luiz dos. **O que é cultura**. Disponível em: <<file:///C:/Users/CASA/Downloads/Cole%C3%A7%C3%A3o-Primeiros-Passos-O-Que-%C3%A9-Cultura.pdf>> Acesso em: 26 jan. 2020.

STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Disponível em:<  
[file:///C:/Users/CASA/Downloads/AS%20IMAGENS%20DO%20OUTRO%20SOBRE%20A%20CULTURA%20SURDA%20-%20KARIN%20STROBEL%20\(3\).pdf](file:///C:/Users/CASA/Downloads/AS%20IMAGENS%20DO%20OUTRO%20SOBRE%20A%20CULTURA%20SURDA%20-%20KARIN%20STROBEL%20(3).pdf)>  
Acesso em: 26 jan. 2020.